

ANGRA III

Energia nuclear retorna à pauta

Com a retomada do planejamento energético, as obras para a construção de Angra 3 estão previstas para o início de 2008. Leonam dos Santos Guimarães, da Eletronuclear, diz que outras usinas nucleares estão em discussão.

ENTREVISTA PÁG. 4



SETOR ELÉTRICO

Paralisação atingiu 95% da categoria

PÁG. 2

8º Consenge terá sede em Florianópolis

O 8º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), que acontecerá em Florianópolis, de 3 a 6 de setembro de 2008, foi o tema de destaque da reunião da diretoria da Fisenge, em Florianópolis, nos dias 13 e 14 de julho. Foi realizada também uma visita à sede do Seagro, além de ter sido discutida a realização

do 6º Congresso Nacional de Profissionais (CNP), que terá a primeira etapa entre os dias 15 e 18 de agosto, no Rio de Janeiro. A segunda etapa acontecerá em Brasília, de 25 a 27 de outubro. Os sindicatos filiados elegeram vários delegados nos CEP's para o 6º CNP, entre diretores dos Senges e associados.



CIPLA

Polícia Federal invade a fábrica e tira controle dos trabalhadores

PÁG. 3

EDITORIAL**Interferência indevida**

Como sabemos, a razão de ser de qualquer sindicato que se preze é a negociação. Para quem negocia nas grandes empresas estatais como é o caso do grupo Eletrobrás, um fato dos mais constrangedores e politicamente nefasto vem afetando nos últimos anos todo o processo de negociação. Trata-se da intromissão do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) ferindo todos os princípios da livre negociação entre representação das empresas versus representação dos trabalhadores.

A última do famigerado Dest foi estabelecer que na negociação das pautas específicas o limite máximo que as empresas podem chegar é o próprio acordo em vigor. Diante disso, pra que negociar se o máximo patamar de benefícios já foi atingido e um retrocesso pode acontecer a qualquer momento?

A interferência do Dest enfraquece politicamente os sindicatos ao enfraquecer a negociação em si e criar uma instância maior (ilegítima), a qual devem se submeter tanto empresas como sindicatos. Além disso, estimula a criação de mecanismos para dissimular a negociação, fazer surgir subterfúgios e "acordos de gaveta" com a finalidade de burlar a vigilância obsessiva do Dest.

Se esta lógica prevalecer, em breve teremos uma negociação oficial e outra "oficiosa", sem o conhecimento do Dest. É isto que eles estão querendo?

Neste momento, no qual a negociação nas empresas estatais corre o sério risco de se transformar num faz de conta desavergonhado, é fundamental que as Centrais, Federações, Confederações e Sindicatos de base se articulem no sentido de abolir as CCE's 09 e 10, restabelecer a livre negociação entre trabalhadores e empresas sem interferências espúrias, excluindo o Dest do processo negocial.

Categoria convence a Eletrobrás**Paralisação no setor elétrico viabiliza benefícios aos trabalhadores**

Depois da rodada de negociação no dia 20 de junho entre o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e a direção da Eletrobrás, a proposta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi modificada com benefícios para os trabalhadores. O Grupo Eletrobrás ofereceu a flexibilização da CCE-09, garantindo o pagamento de 2/3 do adicional de gratificação de férias também aos empregados novos; reajuste de 4,5%, sendo 1,5% de ganho real; abono de 7,5% da remuneração mais R\$ 1.000,00 fixos a serem pagos até 10 dias após a aprovação do acordo nacional e específicos; vale alimentação de R\$ 19,50 e reajuste dos benefícios em 3%. O diretor da Fisenge Paulo Granja lembra que, conforme aprovado nas assembleias das Empresas do Grupo Eletrobrás, as cláusulas econômicas do acordo nacional só serão pagas depois que forem fechados os acordos das pautas específicas.

Os funcionários do setor elétrico nacional protestaram em todo o Brasil, com paralisação no dia 18 de junho, que atingiu quase 95% da categoria em todo o país e, no Rio de Janeiro, houve quase 100% de adesão. As reivindicações eram principalmente contra a insuficiência da proposta salarial e a dificuldade em obter avanços em relação à CCE-09.

Paulo Granja declara que essa não foi uma negociação fácil, mas considera que, apesar de ainda estar muito aquém dos anseios dos trabalhadores, a campanha salarial foi vitoriosa. O diretor da Fisenge afirma que o CNE se manteve coeso desde o início da campanha salarial, com a realização do seminário de planejamento estratégico, em Salvador, que teve a participação da Fisenge e dos Sindicatos de

Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, de Rondônia e de Pernambuco. Granja diz também que a base das diversas empresas atendeu ao chamado dos sindicatos e se manteve mobilizada durante todo o processo de negociação. "Percebendo a resposta dos trabalhadores em relação à proposta inicial, a empresa e o Ministério do Planejamento apresentaram proposta melhor e cederam espaço para o avanço da flexibilização da CCE-09".

Pelo Fim da CCE-09

Segundo o diretor da Fisenge Agamenon Oliveira, o problema da CCE-09 ainda precisa ser resolvido. Para ele, a flexibilização não é o suficiente, é preciso suprimir a CCE-09. Agamenon explica que os trabalhadores que entraram recentemente em concursos nas empresas do setor elétrico são discriminados, porque têm menos benefícios que os trabalhadores mais antigos. "Esse contingente está aumentando. Como a tendência é renovar a mão-de-obra nas empresas, o problema fica cada vez mais

agudo. Por esse motivo segmentos cada vez maiores das empresas Chesf e Furnas passam a exercer uma pressão cada vez maior sobre as entidades sindicais e sobre a administração das empresas", afirma o diretor da Fisenge.

Dest dificulta negociação

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) está estreitando a margem de negociação da pauta específica, sob a argumentação de que não pode ultrapassar os benefícios da pauta anterior. O diretor da Fisenge Agamenon Oliveira explica que, desta forma, qualquer negociação é, no máximo, para a manutenção do acordo anterior. Segundo Agamenon, isso significa um retrocesso no processo negocial.

Paralisação do setor elétrico nacional atingiu quase 95% da categoria

fisenge FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA: Olímpio Alves dos Santos - RJ - Presidente; Carlos Roberto Bittencourt - PR - Vice-presidente; Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - Diretor Tesoureiro; Antônio Dias Vieira - MG - Secretário Geral; Paulo Cesar N. Granja - RJ - Diretor de Rel. Sindicais; Fernando Elias Vieira Jogaib - VR - Diretor Executivo; Ubiratan Félix Pereira dos Santos - BA - Diretor Executivo; Alméria Vitória Carniato - PB - Diretora Executiva; José Ezequiel Ramos - RO - Diretor Executivo
 Coordenadora de Comunicação: Tânia Coelho; Jornalista responsável: Júlia Gaspar, MTE 28.318/RJ
 Diagramação: Leonardo Santos; Tiragem: 2.000 exemplares; Impressão: Gráfica Falcão
 FISENGE - Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
 Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - E-mail: fisenge@fisenge.org.br

Trabalhadores querem o fim da intervenção na Cipla

Justiça Federal determina invasão da P.F na fábrica ocupada por trabalhadores

A Cipla, Indústria de Materiais de Construção, em Joinville, Santa Catarina, foi invadida no dia 31 de maio por 150 policiais federais que “empossaram” um interventor nomeado por um juiz federal com base em pedido feito pelo Ministério da Previdência Social. A fábrica vinha sendo controlada pelos trabalhadores desde 2002, mas a direção, eleita democraticamente, foi expulsa. A ocupação tem como objetivo oficial garantir a penhora sobre o faturamento, para pagar dívida milionária ao INSS deixada pelos antigos proprietários, Luis e Anselmo Batschauer.

Os trabalhadores reivindicam que a Cipla retorne ao efetivo controle operário, através da Comissão de Fábrica, que pede ao Presidente Lula que estatize a fábrica e mantenha os empregos e o parque fabril. Francisco Lessa, responsável jurídico da Cipla, explica que há um canal de negociação aberto com a Advocacia Geral da União, a qual cabe, em última análise, voltar atrás na intervenção judicial. Ele diz também que a Executiva da CUT Nacional e a direção da CNQ/CUT se comprometeram a marcar audiência com o Presidente Lula para tratar o assunto.

A Cipla estava ocupada pelos trabalhadores desde 31 de outubro de 2002, quando, após oito dias de greve, a Cipla e a Interfibra, duas fábricas dos

Tiago Carvalho



“Uma fábrica ocupada pelos trabalhadores é uma demonstração de organização e resistência”

Francisco Lessa

mesmos donos e com cerca de mil postos de trabalho, foram tomadas porque o FGTS e o INSS não eram recolhidos; as férias e 13º salário não eram pagos; e quando os salários mensais eram pagos, a taxa variava em torno de R\$ 30,00, R\$ 40,00, R\$ 50,00 por semana. Tendo em vista a completa ausência de administração, os empreendimentos se encontravam à beira do fechamento. Segundo Francisco Lessa, os trabalhadores fizeram a ocupação para manter os postos de trabalho e os direitos trabalhistas.

Na opinião de Francisco Lessa, uma fábrica que fecharia suas portas, com o fim dos empregos e dos direitos trabalhistas, mas continuou sua atividade fabril por quase cinco anos sob a administração dos trabalhadores, jamais deveria sofrer intervenção judicial. Ele

protesta: “uma fábrica é ambiente de trabalho e, no caso das ocupadas pelos trabalhadores, uma demonstração de organização e resistência”.

A organização dos trabalhadores fez o rendimento da Cipla aumentar bastante. O responsável jurídico da fábrica garante que, no momento em que os trabalhadores da Cipla ocuparam a fábrica em 2002, o faturamento mensal encontrava-se em 900 mil reais. Atualmente esta cifra se encontra entre três milhões e três milhões e meio de reais, com tendência de crescimento. “O espetáculo lastimável criado pela intervenção judicial e pelo aparato policial que a apoiou semeia a instabilidade, o que certamente terá influências negativas no desenvolvimento do faturamento”, lamenta Francisco Lessa.

O PODER DA INFORMAÇÃO

Fisenge investe na implantação de uma nova cultura de comunicação

Para enfrentar desafios e definir diretrizes básicas na área de comunicação, a principal estratégia da Fisenge é a estruturação de uma política integrada que englobe os diversos segmentos, desde a assessoria de imprensa, mídia impressa, internet e a produção de publicações até a crescente

participação em espaços de rádio e TV.

A visão global da área de comunicação representa um salto de qualidade que permitirá o planejamento mais organizado das metas a atingir visando a ampliação das áreas de influência da Fisenge. “A proposta, esclarece o presidente da Fisenge, Olimpio Alves dos Santos, é criar estratégias para que os veículos já disponíveis trabalhem integrados, como canais de comunicação que se complementam e que buscam metas comuns, além de estimular per-

manentemente a contribuição e a participação dos estados e representações regionais ampliando ao máximo o processo de mobilização, produção e transferência de conhecimento.”

Com esta perspectiva, a Fisenge lança na 64ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, de 12 a 15 de agosto, o seu novo selo Edições Fisenge, com 6 cadernos, uma cartilha, além de publicação inédita sobre mercado de trabalho no Brasil e do site da instituição totalmente reformulado.

ENTREVISTA LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES

Energia nuclear volta à discussão

Projeto nuclear é retomado e Angra 3 deve sair do papel

O licenciamento ambiental para a construção da usina nuclear Angra 3, projeto suspenso há 21 anos, deve ser concluído até o final do ano e as obras devem começar no início de 2008. Segundo o assistente da presidência da Eletronuclear, Leonam dos Santos Guimarães, foram feitas audiências públicas dias 19, 20 e 21 de junho, em Angra dos Reis, Parati e Rio Claro. Ele garante que a decisão pela retomada das obras de Angra 3 está inserida num processo de retomada do planejamento energético no Brasil, que é um marco importante do governo atual. Nesta entrevista, Leonam explica que outras usinas nucleares estão previstas até 2030 e que um tipo de usina não substitui outro, por exemplo, uma nuclear não substitui uma hidrelétrica, todas são necessárias no Brasil e foram previamente estudadas no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica e no Plano Nacional de Energia. Leonam Guimarães também afirma que não há preocupações quanto à segurança, segundo ele, a armazenagem dos rejeitos radioativos é totalmente segura.

“Todas as usinas previstas são imprescindíveis, uma não substitui a outra”

– Por que a retomada de Angra 3 é importante para o crescimento do país?

– O primeiro resultado do planejamento energético no Brasil foi o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015, que foi aprovado no ano passado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esse planejamento prevê a necessidade de Angra 3. A lógica do planejamento energético é projetar a necessidade do futuro, observar o que se tem disponível, “empilhando” até atender a necessidade prevista para o futuro, do mais barato para o mais caro. Muita gente diz que não precisa fazer Angra 3, porque há muitas hidrelétricas, mas não conhece o planejamento. O Plano Decenal considera todas as hidrelétricas que podem ser feitas até 2015, todo o gás natural e biomassa disponíveis para gerar eletricidade, assim

como toda a possibilidade de energia eólica, dentro desse contexto existe a necessidade de Angra 3. Se não for feita Angra 3, outra decisão do governo precisaria ser tomada. O que substituiria Angra 3? As alternativas dos críticos para hidrelétricas, biomassa e eólicas não são válidas, porque essas opções já foram consideradas no planejamento. Fora do planejamento sobram apenas duas coisas: gás natural liquefeito importado e carbono importado. Então, Angra 3 não é uma questão de opção, é uma necessidade.

– Outras usinas nucleares estão previstas?

– Assim como o governo fez o Plano Decenal, está em andamento o Plano Nacional de Energia 2030, que ainda não foi aprovado, ainda será colocado em consulta pública, mas já foi apresentado ao CNPE. Nesse plano, dentro da mesma lógica, foi identificada a necessidade de, além de Angra 3, mais 4 mil megawatts nucleares, dois mil no Sudeste e dois mil no Nordeste. Quando esse plano for aprovado, caberá a discussão da localização exata dessas usinas.

– E quanto às mudanças da matriz energética

– Existe uma tendência de evolução da matriz energética. O Brasil é o único país no mundo em que a hidroeletricidade corresponde a mais de 80% da capacidade instalada e mais de 90% da geração. O nosso sistema é todo hidráulico, o térmico é complementar. Chamamos de térmico o que corresponde a nuclear, gás, carvão, biomassa. O potencial hidrelétrico no Brasil ainda é muito grande, mas as hidrelétricas são energia renovável pela natureza, que é cíclica. A energia hidrelétrica é sensível ao ciclo das chuvas, para poder ter uma geração constante, independente das chuvas, são necessários os reservatórios de água. Mas as novas hidrelétricas não têm mais condições de terem grandes reservatórios como as antigas, então ficam



Assistente da Presidência da Eletronuclear, Leonam dos Santos Guimarães

vulneráveis ao ciclo das chuvas, por isso aconteceu o apagão em 2001. A complementação térmica é cada vez mais importante no Brasil e desde 2001 varia de 7 a 10% por ano. Nessa complementação térmica entra gás natural, carvão e nuclear. No ano passado, a nuclear foi a campeã da complementação térmica, foi a maior geradora. Correspondeu a 3%, mas não foi “só” 3%, porque esses 3% correspondem a quase a metade da complementação térmica que o sistema precisa. Se tirar isso, acontece o apagão.

– A energia nuclear seria uma alternativa às dificuldades em construir as usinas do Rio Madeira?

– De maneira alguma. Todas as usinas previstas são imprescindíveis, uma não substitui a outra. Se não forem construídas as usinas do Rio Madeira – e a gente torce para que isso não aconteça, senão o Brasil será muito prejudicado - teremos que buscar alternativas que não estão no plano, como o gás natural liquefeito importado e carbono importado.

– A armazenagem dos rejeitos radioativos é segura?

– Existe uma convenção internacional de segurança do gerenciamento de rejeitos radioativos. O Brasil é signatário dessa convenção. De dois em dois anos o Brasil faz um relatório para essa convenção descrevendo tudo o que é feito no país e segue rigorosamente todos os critérios. O que se faz aqui é o que se faz nos Estados Unidos, na França e no Japão, com uma diferença, as quantidades são muito menores, os EUA têm 114 usinas, a França 58 e o Japão tem 4. A técnica, a maneira como se trata e gerencia os rejeitos é igual.